

AS TERRITORIALIDADES DA CANA E SEUS IMPASSES JURÍDICOS EM ARAGUARI/MG*¹

Ricardo da Silva COSTA**

Rosselvelt José SANTOS***

Resumo: A pesquisa foi desenvolvida no município de Araguari/MG, localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. A pesquisa tem como recorte temporal os anos de 1999/2000 e 2001, tempo em que a Mesorregião sofreu (re)arranjos territoriais a partir da expansão das lavouras de cana-de-açúcar. Nesse estudo analisamos as razões da demora na instalação da usina as mudanças no cotidiano dos produtores envolvidos diretamente ou indiretamente no processo de cultivo e expansão das lavouras. Neste contexto, analisamos os impasses jurídico em uma situação de (re)territorialização derivada da inserção de uma nova dinâmica produtiva, implicada e coisificada na ação do setor sucroalcooleiro. Os embates e tensões gerados no processo de instalação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro movimentaram autoridades ambientais e diferentes produtores rurais. Como resultado tem-se as especificidades do trabalho dos produtores rurais e os embates entre capital x estado. Os resultados foram obtidos com o financiamento do CNPq.

Palavras chave: Cana-de-açúcar. Territorialidades. Impasses jurídicos.

LAS TERRITORIALIDADES DE CAÑA Y SUS PREDICAMENTOS LEGALES EN ARAGUARI/MG

Resumem: La encuesta se llevó a cabo en el municipio de Araguari/MG, en la mesorregión del Triángulo Mineiro/Alto Paranaíba. La investigación tiene como recorte temporal de los años 1999/2000 y 2001, cuando la región sufrió (re) arreglos territoriales de la expansión de cultivos de caña de azúcar. En este estudio analizamos las razones de la demora en la instalación de los cambios de la planta en la vida cotidiana de productores involucrados directa o indirectamente en el proceso de cultivo y expansión de los cultivos. En este contexto, se analizan los predicamentos legales en una situación de (re-) territorialización derivada de la inserción de una nueva dinámica productiva, implicada y coisificada en la acción de sector azúcar-alcohol. Los enfrentamientos y tensiones generadas en el proceso de instalación de las autoridades agro-industrial complejas y ambientales movilizan a los agricultores diferentes de caña de azúcar. Como resultado tenemos los detalles del trabajo de los productores rurales y los enfrentamientos entre capital x estado. Los resultados se obtuvieron con el financiamiento del CNPq

Palabras clave: Caña de azúcar. Territorialidades. Apuros legales.

THE CANE TERRITORIALITIES AND THEIR LEGAL PREDICAMENTS IN ARAGUARI/MG

Abstract: The survey was carried out in the municipality of Araguari/MG, in the Northeast region of the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. The research has as temporal clipping the years 1999/2000 and 2001, when the Region suffered (re) territorial arrangements from the expansion of crops of sugarcane. In this study we analyze the reasons for the delay in the installation of the plant changes in daily life of producers involved directly or indirectly in the process of cultivation and expansion of crops. In this context, we analyze the legal predicaments in a situation of (re-) territorialization derived from the insertion of a new productive dynamics, implicated and reified in the sugar-alcohol sector action. The clashes and tensions generated in the installation process of the agro-industrial complex and environmental authorities mobilized different sugarcane farmers. As a result we have the specifics of work of rural producers and the clashes between capital x State. The results were obtained with the financing of CNPq.

*¹ Relatório final projeto G-062/2009/CNPq.

** Aluno de pós-graduação nível mestrado do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

*** Professor Coordenador do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia, nível Mestrado e Doutorado. Pesquisador do CNPq, FAPEMIG e UFU.

Keywords: Sugarcane. Territorialities. Legal predicaments.

1 – Introdução

O texto teve a contribuição dos pesquisadores vinculados ao Laboratório de Geografia Cultural. Nas reuniões do grupo de estudo desenvolvemos o exercício de socializar as impressões, ideias, orientações teóricas e metodológicas, permitindo que cada membro manifestasse opinião sobre a pesquisa do outro. Esse compromisso que propicia práticas de compartilhamento permitiu suprir as necessidades e estabelecer discussões sobre espaço, paisagem, modos de vida, território e os processos de territorialidades formadas, devido à expansão da cana-de-açúcar no município de Araguari/MG.

Realizamos uma revisão da bibliográfica² para aperfeiçoamento e amadurecimento da temática estudada, utilizando-se meios e técnicas que possibilitassem a leitura dos processos de formação dos territórios a partir da mutação da paisagem e da cultura das pessoas envolvidas. Além desses procedimentos, a pesquisa teve como preocupação a valorização da empiria, estabelecendo-se a realização de trabalhos de campo a fim de conhecer e monitorar as atividades produtivas.

No campo agimos identificando e classificando as fontes primárias de pesquisa, as quais foram de extrema importância para realizar a análise dos fatos e fenômenos para posteriormente, publicá-las. Com relação aos dados levantados na pesquisa de campo, procuramos estabelecer uma análise textual dos conteúdos existentes nos documentos e nas publicações, centrada no tema. Buscamos nos instruir sobre o marco temporal, sujeitos sociais envolvidos, relações sociais estabelecidas, estratégia de existência territorial e reprodução de valores, costumes, hábitos e representações.

Também foi realizada uma revisão teórica sobre os impactos da expansão da cana-de-açúcar e suas implicações sobre o território, história local e seus aspectos políticos, econômicos em Araguari - MG, bem como leituras: sobre os modos de vida; as características do cerrado; suas comunidades tradicionais; suas produções específicas; suas territorialidades; lugar e organização espacial.

Foram vários os trabalhos de campo que realizamos no município. Objetivamente procuramos compreender o cotidiano dos sujeitos e como se dá as implicações da expansão da cana-de-açúcar no município de Araguari, seus impactos socioambientais, buscando uma visão de conjunto sobre os produtores tradicionais, seus modos de vida, bem como as reações manifestadas nos lugares que essa expansão causa nos produtores rurais.

² Realizamos estudo em periódicos, jornais, teses, artigos e dissertações os quais auxiliaram na pesquisa.

No campo, no contato com os produtores rurais, fomos cuidadosos nos questionamentos e nas descrições das paisagens para compreendermos as dinâmicas dos produtores tradicionais desta parte do cerrado, abrangendo os processos pelos quais ocorrem as manifestações, representações socioculturais e existência territorial das pessoas a partir do lugar.

Para a verificação da estrutura da comunidade, das relações de trabalho e leis ambientais em primeira instância, fizemos uso dos dados das instituições públicas, como o Ministério público, IBGE³, IBAMA⁴, IMA⁵, EMATER⁶. Assim conseguimos verificar as práticas culturais e produtivas das comunidades. Caminhamos pelos lugares com as pessoas e as questionamos sobre os seus modos ser e até que ponto a cana-de-açúcar iria afetá-los. Com o objetivo de entender o cultivo da cana-de-açúcar na região do Triângulo mineiro, até chegar em Araguari-MG.

No ano de 1973, inicia a guerra do Yom Kippur⁷, Egito e Síria realizam um ataque simultâneo contra Israel. Israel era apoiado pelos Estados Unidos da América e pelas grandes potências da Europa, com esse conflito ocorrido no Oriente Médio, o qual se localiza as principais reservas petrolíferas do mundo, fez elevar o preço do barril de petróleo, o qual passou de 3 para 12 dólares. A guerra gerou a primeira crise mundial do petróleo. Segundo Luccuci; *et al* (2008, p - 150), as “sete irmãs” acabaram sendo favorecida com esse embate, pois o preço mais alto permitia explorar jazidas de alto custo (jazidas marítimas e do Alasca, por exemplo).

Nesse período o Brasil, seguiu o modelo internacional e começou investimentos na perfuração de novos poços de petróleo. No entanto, esse investimento demanda mais tempo e como a crise petrolífera mundial estava no auge e no país começava a faltar petróleo, o Estado buscou novas fontes energéticas, para substituí-lo. A alternativa encontrada foi à produção de etanol gerado a partir da cana-de-açúcar.

Em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593 foi criado o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) o programa seria um instrumento essencial da política energética estabelecida no Brasil, com a criação do Proálcool. A produção do etanol a partir da cana-de-açúcar passou a ter grande importância no cenário econômico brasileiro, pois ele exerceu um papel fundamental na balança comercial.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁵ Instituto Mineiro de Agropecuária.

⁶ Empresa Brasileira de Extensão Rural

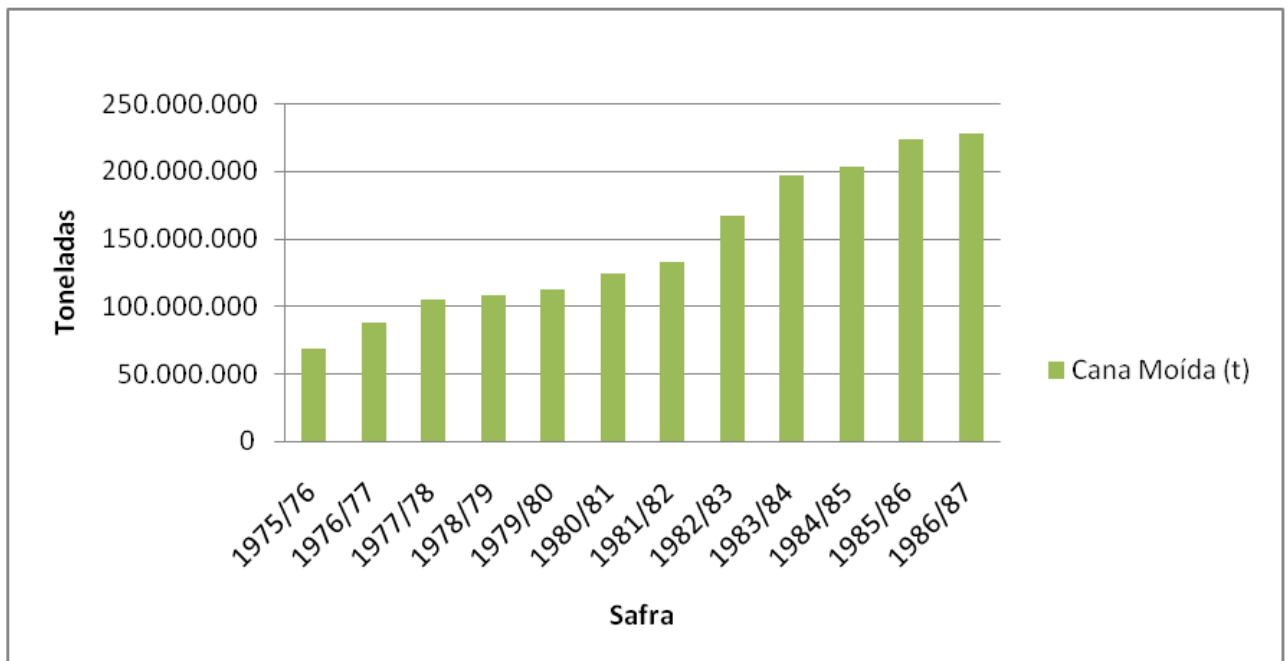
⁷ “Dia do Perdão”, celebração religiosa dos judeus.

Neste contexto o país diminui sua dependência petrolífera. De acordo com Correia (2007),

Proálcool foi uma grande vitória dos grupos ligados à produção de cana. “O país tinha um excedente de produção de açúcar, difícil de colocar no mercado internacional, e os proprietários das usinas tinham um grande poder de pressão sobre o governo”. O governo brasileiro implementou um programa que simultaneamente reduzia as importações de petróleo e estimulava as indústrias [...]. O Proálcool concedia financiamentos subvencionados aos industriais que estavam dispostos a instalar novas destilarias. Com esta política, o governo respondia às necessidades dos produtores de açúcar e de álcool e justificava sua ação por argumentos sociais e econômicos com relação à balança de pagamentos. (CORREIA, 2007, p 3-4).

Entre os anos de 1975 a 1986 o Brasil elevou a produção de cana-de-açúcar, como se pode observar no gráfico 01.

Gráfico 01 – Produção brasileira de cana-de-açúcar: Safra de 1975 á 1986.

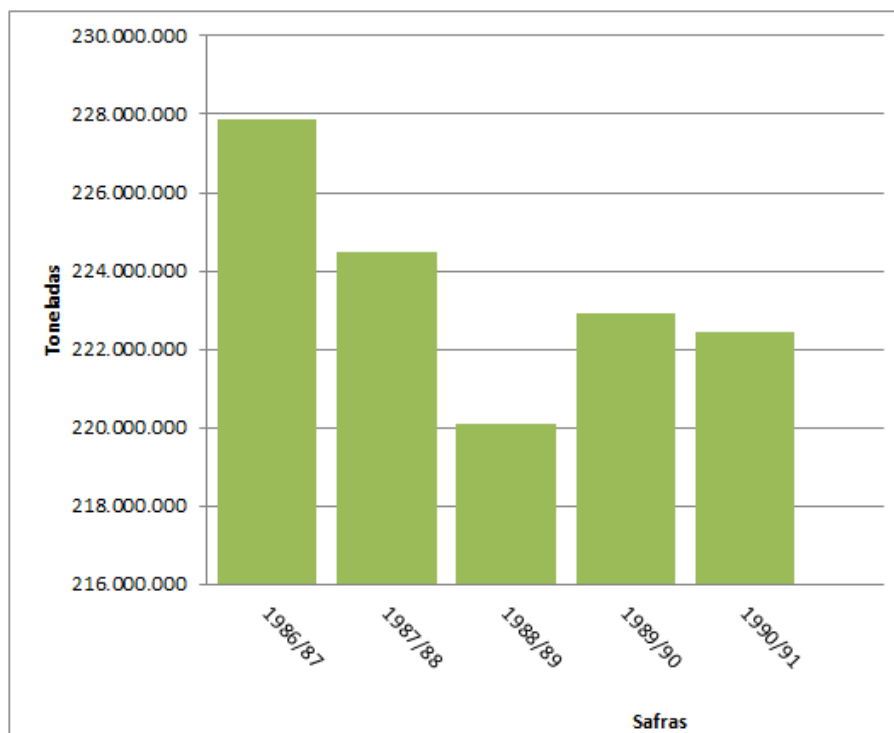


Fonte: Anuário Estatístico da cana, Ministério da Agricultura. Estimativa com base na origem da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar: safras 1978/79,1981/82, 1982/83, 1983/84. Estimativa (60% fornecedores e 40% própria) com base nos dados das safras anteriores e posteriores ao período: safras 1988/89. Organização: COSTA, R. S. 2010.

Observando-se os dados do gráfico 01, compreende-se que no período de 12 safras o Brasil quadruplicou a produção da cana-de-açúcar, sendo que, em cada ano a produção foi sempre superior do que a do ano anterior. No entanto, no final da década de 1980, devido às

mudanças, nas políticas da Arábia Saudita⁸ e com a saída da Venezuela da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ocorre uma grande queda nos preços de petróleo. Com a diminuição dos preços do barril de petróleo o programa Proálcool, foi perdendo “espaço” na política nacional e no ano de 1990 o programa foi paralisado, havendo uma redução da produção canavieira brasileira, como se pode observar no gráfico 02.

Gráfico 02 – Produção brasileira de cana-de-açúcar: Safra de 1986 á 1991.



Fonte: Anuário Estatístico da cana, Ministério da Agricultura. Estimativa com base na origem da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar: safras 1986/87, 1987/88, 1989/90, 1990/91. Organização: COSTA, R. S. 2010.

Além da diminuição de toneladas de cana moída, os usineiros são “esquecidos” pelo governo. O governo retira parte dos subsídios das usinas, gerando grandes protestos dos usineiros e acarretando o fechamento de usinas. Apesar da paralisação do Proálcool não ocorre à extinção da produção da cana brasileira, pois as usinas, “abandonaram” o álcool e retomaram a produção de açúcar o qual atendia o mercado internacional.

No entanto, a partir do final da década de 1990 o álcool “volta” a fazer parte do cenário brasileiro, devido o surgimento de novas tecnologias de veículos movido a etanol. Nesse período as usinas sucroalcooleiras migraram para o interior do país.

⁸ Passou a fornecer mais petróleo para o mercado mundial.

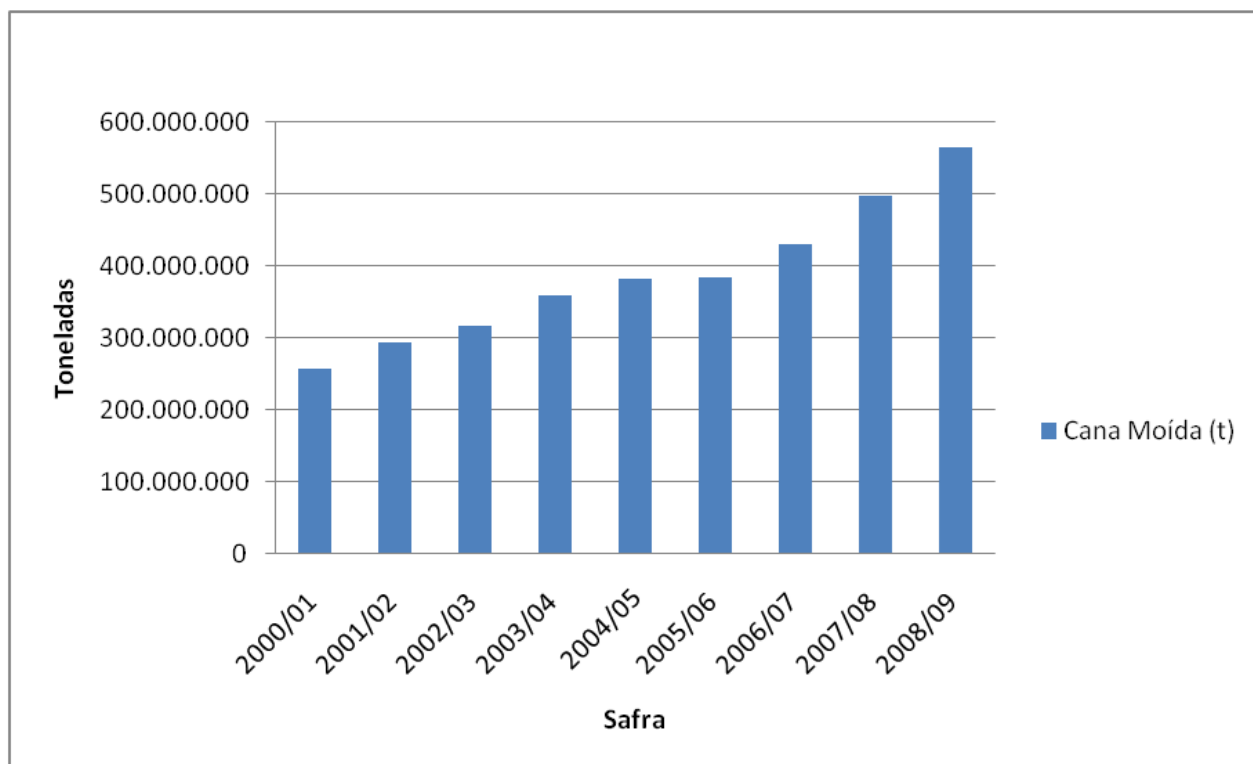
A expansão da cana-de-açúcar, rumo ao Triângulo Mineiro ocorreu no início da década de 2000. As usinas estavam buscando novas áreas para atender a demanda de álcool, gerada a partir da nova tecnológica automobilística. A presença dos carros *flex-fuel* que usam dois combustíveis ao mesmo tempo foi um fato importante para a retomada do Proálcool.

Em maio de 2003, a Volkswagen apresentou ao público pela primeira vez um automóvel *flex-fuel*, o Gol 1.0 Total Flex (apesar da montadora, ser pioneira no Brasil no *flex-fuel*, não tem patente registrada, possui apenas a marca Total Flex em registro). Segundo as tendências do mercado, logo a Volkswagen foi seguida, por outras montadoras. Estes veículos podem rodar com combinações de gasolina e álcool ou com apenas um dos dois combustíveis.

No final da década de 2000 quase todas as montadoras estabelecidas no Brasil ofereciam opção de carros bicombustível. Principalmente as montadoras dos carros, ditos populares produzidos no Brasil. Os veículos com uso exclusivo de álcool deixaram de ser produzidos no ano de 2006. Em 2010, as montadoras que possuíam carros como única opção, à gasolina, fabricavam veículos das categorias *top* de linha, geralmente, importados, formando uma parcela restrita de modelos.

Com a inserção dos veículos bicombustíveis no Brasil, atrelada a política mundial pela busca de combustível ecologicamente correto fez com que as plantações de cana-de-açúcar aumentassem 100% na última década. Segundo Alves; Thomaz Júnior (2012, p.152) “O fortalecimento do complexo agroindustrial canavieiro tem muitos desdobramentos, pois constata-se o fato da cana-de-açúcar substituir áreas até então ocupadas por outras culturas”. Na atual política global observamos a busca de energias renováveis, assim o governo brasileiro aproveita o álcool combustível (etanol) para fortalecer a propaganda de combustível “limpo” e renovável. Com isso cada vez mais a cana-de-açúcar adentra o interior do território brasileiro ocasionando um aumento da produção canavieira, como se pode observar no gráfico 03.

Gráfico 03 – Produção brasileira de cana-de-açúcar: Safra de 2000 á 2009.



Fonte: Anuário Estatístico da cana, Ministério da Agricultura. Estimativa com base na origem da cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar. Organização COSTA, R. S. 2010.

De acordo com o gráfico 03, percebe-se que após o ano de 2004 a produção de cana-de-açúcar aumentou consideravelmente e marcou a “chegada” da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro.

A expansão das lavouras de cana-de-açúcar para a região do Triângulo Mineiro é resultado de políticas públicas da agricultura, direcionadas para as áreas de cerrado. No Triângulo Mineiro a cana se expande compensado à falta de área para cultivo no Nordeste brasileiro, bem como os altos valores das terras nos estados de São Paulo e Paraná. Em 2010 existiam vinte e três usinas instaladas e mais dezesseis projetos de instalação de usinas na região.

Observamos que para uma usina produzir álcool e açúcar ela necessita em média 40 mil hectares plantados com cana-de-açúcar para poder operar. Pensando neste fato, realizamos estudos na cidade de Araguari – MG, cidade que não possui o complexo sucroalcooleiro instalado, mas que em 2008 estava em fase de implantação⁹, além do município já possuir grandes plantações de cana-de-açúcar. Nesse estudo analisamos as razões da demora na

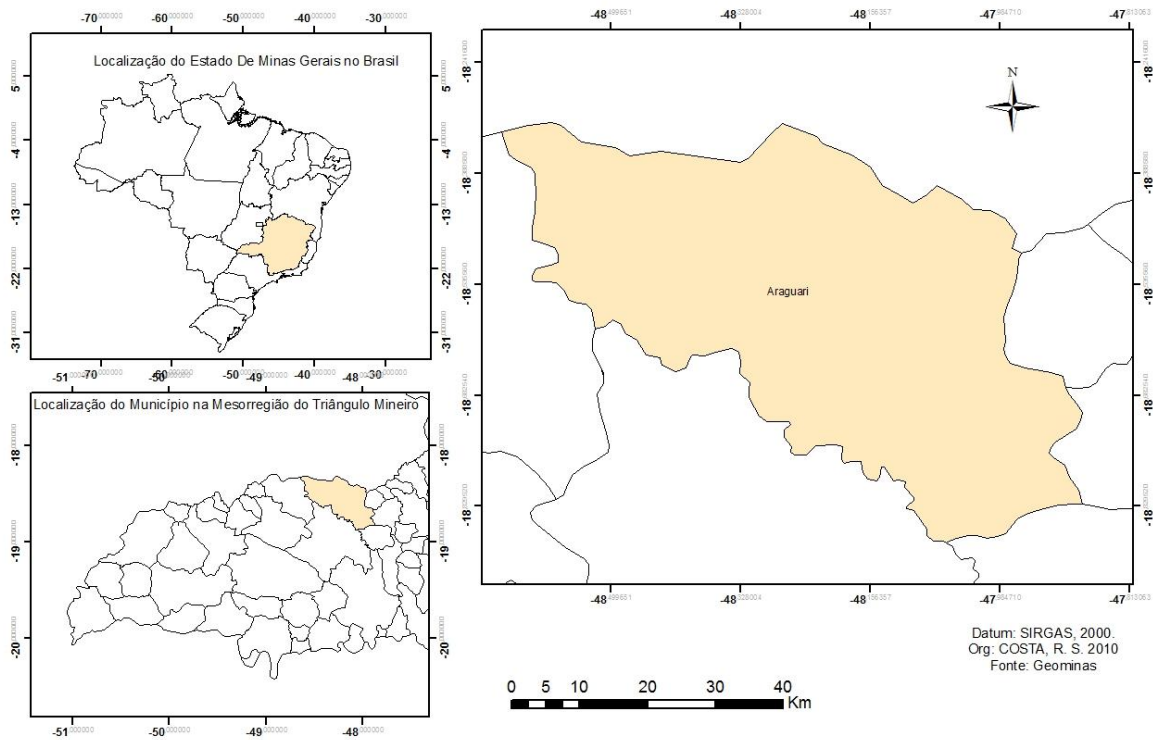
⁹ O grupo investidor tinha delimitado a área de construção e realizado a terraplanagem para a construção da planta industrial.

instalação da usina as mudanças no cotidiano dos produtores envolvidos diretamente ou indiretamente no processo de cultivo e expansão das lavouras. Também estudamos os motivos legais que questionaram a instalação do complexo agroindustrial.

2 - As territorialidades de Araguari – MG

Araguari localiza-se no estado de Minas Gerais (mapa 01), na Mesorregião do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, faz parte da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, sua altitude está entre 940 e 1.087 metros em relação ao nível do mar.

Mapa 01 - Localização da área de estudo



O Município de Araguari possui uma área territorial de 2.744 km², sendo que 1.262 km² é constituído de área urbana e 1.481 km² de área rural. De acordo com IBGE 2010 a população de Araguari é de 109.801 habitantes. Tendo como bioma predominante, o cerrado.

A economia do município é pautada na produção agropecuária, voltada à produção de grãos (café, soja e milho), e criação de gado. Sendo destaque o café, de acordo com Júnior (2008),

A produção de café no cerrado mineiro foi fomentada por um conjunto de políticas públicas de desenvolvimento do interior do Brasil, especialmente do cerrado, levadas a efeito pelo governo federal nas décadas de 1970/1980, importou num afluxo de famílias de cafeicultores migrantes para a região do Triângulo Mineiro. (JÚNIOR, 2008, p. 2).

No município o café destaca-se em relação a outras regiões produtoras do país. A marca *Café do Cerrado* proporciona melhor preço para os produtores, também a produtividade, ultrapassa a média de produção nacional. A produtividade média no município é de 38 sacos por hectare, enquanto a média nacional é de 20 sacos por hectare (Ministério da Agricultura). Identificou-se que todas as lavouras são irrigadas e a colheita é 100% mecanizada, o que reduz os custos de produção.

Além do café, Araguari possui uma importante diversidade produtiva; os principais produtos agrícolas estão dispostos no quadro 01.

Quadro 01: Produção agrícola em Araguari – Minas Gerais

CULTURA	QUANTIDADE DE HECTARE PLANTADO
Café (plantado)	11580
Café (lavoura em formação)	1380
Cana-de-açúcar	4000
Soja	7500
Milho	13000
Frutas (Coco, Banana, Maracujá)	350
Outras culturas (tomate, mandioca)	750
Total	38560

Fonte: EMATER. Org.: COSTA, R. S. 2010.

De acordo com a EMATER, em Araguari existem 2100 pequenos produtores é bastante diversificada. Segundo o Sindicato dos Produtores de Araguari, cerca de 600 pequenos produtores ainda residem nas propriedades rurais. As pequenas propriedades são responsáveis pelo abastecimento de hortifrutigranjeiros do mercado local.

Com a inserção das lavouras de cana-de-açúcar, em Araguari no ano de 2006, ocorre um (re)arranjo territorial dos produtores. A cana-de-açúcar é inserida em locais onde havia pastagens, soja e milho indicando importantes modificações do espaço. De acordo com Santos (1988),

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O

espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p. 25)

Para Santos (1997) objeto seria

... tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo o resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. (SANTOS 1997, p.59)

Como resultado da ação humana, percebe-se no espaço rural a presença de pequenas propriedades produtoras de café, e de outros produtos relacionados aos hortifrutigranjeiros, bem como terras que ainda permanecem arrendadas para soja e/ou milho.

A produção do café desempenha papel de identidade do sujeito no município, assim como todos os que se situam na região da cafeicultura do cerrado. Para Lago (1996) a questão da identidade é

Um ser que, no convívio com outros sujeitos, constrói a consciência da realidade física e social como também a consciência de si como sujeito, individualizando-se na medida em que se diferencia dos outros sujeitos (LAGO, 1996, p. 18).

O cafeicultor é sem dúvida um sujeito diferenciado que ainda sofre forte influência das tradições e produz o café com um projeto de vida. Essa situação se confirma quando observamos, que mesmo se o preço do café não está bom, os agricultores não migram para outros cultivos. De acordo com o cafeicultor,

Eu não penso em plantar outra coisa aqui não ... eu não tenho coragem e não sei fazer outra coisa a não ser plantar e cuidar do cafezal...aprendi com meu pai que tinha uma lavoura de café e hoje eu tenho a minha e se possível quero passa pro meus filhos o que eu sei¹⁰.

O café e o milho são os produtos com maior área cultivada na região. Mesmo o milho estando diretamente relacionado a produção de silagem e utilizado para fazer rações, farelos e quirela¹¹ para os animais, o café continua sendo o principal produto das famílias camponesas, devido sua alta valorização no mercado externo e além de se depositar as esperanças de melhorar a renda da família.

Com relação aos hortifrutigranjeiros, a cultura do tomate é mais produtiva na seca, pois não há presença de fungos. Constatou-se que o cultivo do tomate em Araguari é realizado na sua maioria por pequenos produtores com área entre 5 até 10 hectares. De acordo com Custódio (2000)

¹⁰ Trabalho de campo realizado em Araguari/MG – no distrito de Amanhece no mês de maio.

¹¹ Milho moído

Outro aspecto importante da tomaticultura em Araguari é o pequeno tamanho das áreas ocupadas pelo cultivo do tomate, em contraposição à quantidade colhida e produtividade, uma vez que....a média de produtividade é de 100 toneladas por hectare. (CUSTÓDIO, 2000, p. 152)

Mesmo tendo pouca área para o cultivo do tomate, o solo do município propicia uma boa produtividade. O tomate produzido em Araguari é comercializado no sul do país (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). De acordo com o entrevistado “*é baum trabaiá com o tumate só que é como se a gente jogasse no bicho, porque uma hora a gente ganha e as veiz nois perde*¹²” às vezes é lucrativo, dependendo da época, não consegue pagar nem o custo de produção. Os proprietários que arrendam suas terras para horticultura obtêm lucros consideráveis, além de receber a terra em melhores condições (já que o uso de adubos, calcário é muito alto na horticultura) para plantio.

Foi observado, que muitos dos produtores que arrendam terras para o cultivo do tomate, ficam por no máximo dois anos, pois o risco de pragas depois desse período é maior. Com isso, depois que eles deixam de plantar o tomate permanece parte importante dos nutrientes enriquecendo o solo, o que proporciona uma ótima formação de pastagem. Desse modo, ao final do arrendamento o dono da terra recebe um solo melhorado a partir dos investimentos realizados pelo plantador de tomate.

Outro cultivo importante é o maracujá. Apesar da área plantada com a fruta ser pequena em relação às outras culturas, em Araguari, ela é importante, pois o município possui duas indústrias de processamento de suco, as quais geram diversos empregos. Além do uso industrial, a casca e as sementes do maracujá servem para a alimentação do gado leiteiro. A partir de acordos com a indústria os resíduos do maracujá acabam auxiliando os pequenos produtores, pois, o custo com a alimentação do rebanho torna-se reduzido. Nesta lógica de aproveitamento de subprodutos, no caso da produção leiteira, os investimentos em rações são pequenos, possibilitando outros ganhos. Observamos que, vários produtores plantam maracujá entre as ruas de café no período de entre safras, já que o café é um cultivo bianual¹³.

Naquilo que se refere a diversidade de arranjos produtivos, observamos em algumas pequenas propriedades, aqueles produtores que cultivam apenas o maracujá acabam introduzindo a apicultura. Conforme os produtores “*Além de melhorar a dissipação dos polens as abelhas produzem um mel muito bom*”¹⁴.

¹² Trabalho de campo realizado em Araguari/MG em Maio de 2010.

¹³ Um ano a produtividade é considerada muito boa, atingindo na média, 70 sacas por hectare e no ano seguinte a produtividade é considerada péssima, atingindo 10 sacos por hectare.

¹⁴ Campo realizado no município de Araguari – junho 2010

Ressaltamos que as lavouras de café na região não diminuíram, pois o agricultor que planta café não migra para outras culturas imediatamente, após uma frustração de safra. O café é uma cultura que já na plantação das mudas é onerosa e os cafeicultores preferem não arriscar-se, abandonando o cafezal e investindo em novas culturas, por exemplo, a cana-de-açúcar.

Na investigação e análise da produção agrícola, no contexto da expansão do setor sucroalcooleiro, até o ano de 2010, as atividades que foram mais atingidas estão relacionada ao cultivo da soja e a pecuária de corte. A redução das lavouras de soja ocorre devido às últimas frustrações de safras. Como o cultivo não propiciou o lucro esperado, muitos produtores proprietários de terras passaram a arrendar suas glebas para o cultivo da cana-de-açúcar. O encurtamento de áreas destinadas às pastagens se deu devido à degradação dos pastos, situação decorrente da ausência de investimentos na melhoria dos solos e na genética do rebanho, o que impossibilitou os pecuaristas de manterem-se na atividade, tornando-os suscetíveis ao arrendamento para a usina sucroalcooleira.

Curiosamente, apesar da área ocupada pelo rebanho bovino ter diminuído o número de cabeças de gado no município aumentou. A pesquisa analisou os dados e descobriu que a redução de área foi compensada com investimentos em confinamento. Como nem todos conseguiram ampliar o seu nível tecnológico, o arrendamento de terras para a cana-de-açúcar gerou desconforto, principalmente para os produtores tradicionais, pois para estes,

[...] quando a gente aluga pra usina plantar a cana ela veim e tira tudo cerca, casa tudo... pensa a gente duro uma vida pra construí e direpente vem e ranca tudo...será que depois que terminá o contrato nois vai consegui construí di novo com o dinheiro que recebemo?¹⁵

Durante a pesquisa procuramos identificar vários problemas e questões sobre a reprodução do setor sucroalcooleiro e como o cultivo da cana-de-açúcar iria afetar culturas e produtores tradicionais, bem como influenciar em possíveis processos de (re)estruturação das plantações, das comunidades e ainda decifrar as razões da não instalação do setor agroindustrial no município.

3 - Impasses Jurídicos

A pesquisa ao considerar o período (2006 – 2010) das tratativas de instalação do complexo agroindustrial da Usina Araguari Ltda foi descobrindo que um dos empreendimentos estava relacionado ao cumprimento de exigências ambientais. Na época ela

¹⁵ Trabalho de campo realizado no município de Araguari/MG em Abril/2010.

estava sendo questionada por força de processo movido pelo Ministério Público. Essa Instituição do Estado de Minas Gerais, representado pela Promotoria do Meio Ambiente apontou demandas que incluía elaboração do EIA/RIMA. O objetivo era mostrar a sociedade local quais seriam os impactos diretos e indiretos da instalação do complexo na região. Embora a localização da sede tenha sido definida para ser em Araguari, certamente a usina em funcionamento, não afetaria apenas o município sede, mas também os municípios vizinhos como Cascalho Rico, Uberlândia, Estrela do Sul, Tupaciguara e Indianópolis.

Sabe-se que todo investimento de grande proporção é imputado por lei à realização de estudos ambientais. Apesar de a usina ter acatado o pedido, foi encontrado diversos problemas e contradições, os quais os órgãos ambientais, tais como: SUPRAM¹⁶, IGAM¹⁷, SEMAD¹⁸ fixaram diversas medidas mitigadoras e medidas compensatória, para a realização do empreendimento. Uma das medidas era revitalizar as margens do ribeirão Piçarrão.

Embora esse não seja o único problema para justificar a não construção do complexo sucroalcooleiro em Araguari, concentramos as nossas atenções na legislação. Assim realizamos pesquisas em leis, decretos, estatutos e também no EIA/RIMA elaborado para entender as questões legais e que em certa medida podem ter contribuído para impedir a instalação do referido complexo.

Aqui foi importante e necessário compreender que as leis, inclusive as ambientais *são essenciais ao desempenho jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime republicano e democrático brasileiro*. Desse entendimento é necessário deixar claro que as leis não impediram/dificultaram a instalação do complexo. Contudo, mesmo que a usina não tenha sido materializada no território, os capitais ligados a ela foram arando e plantando os seus canaviais no município e região.

As lavouras de cana-de açúcar destinadas a abastecer a usina, ocuparam somente em Araguari 4000 hectares. Como no processo de produzir a cana estavam envolvidos contratos de arrendamento e de comercialização fizemos um estudo do Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto - lei N° 3855, de 21 de novembro de 1941, que permanece em vigor até os dias atuais e verificamos irregularidades envolvendo compradores, fornecedores de cana e arrendatários de terras.

Com relação à questão da pesagem da cana-de-açúcar dos fornecedores para a usina, o Artigo 32 cita que, “As usinas ou destilarias são obrigadas a manter, em seus

¹⁶ Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

¹⁷ Instituto Mineiro Das Águas

¹⁸ Superintendências Regionais de Regularização Ambiental

estabelecimentos, balanças próprias para a pesagem das canas que lhes são destinadas pelos seus fornecedores”.

Como não havia edificação da usina, também não havia balança própria. Contudo, constatamos que existia comercialização da cana em outras usinas. Nessas outras usinas, certamente a balança para pesagem é da usina onde a cana está sendo entregue e não da Usina Araguari. Pelo exposto, certamente o Artigo 32 não estava sendo cumprido. Assim, ao vender a cana-de-açúcar para outras usinas a qual não proporciona um meio de fiscalização dos pesos da cana para os fornecedores, no caso balanças das usinas compradoras, os arrendatários e fornecedores que tinham contrato com a usina Araguari ficavam a mercê das outras usinas, tendo que confiar no peso que elas informavam.

Outro problema está relacionado à ausência do complexo sucroalcooleiro, pois se encontra em desacordo com o Artigo 39, “A usina ou destilarias que se recusar a receber as canas do fornecedor, ou não as receber na proporção devida, ou insistir na recusa, ficará obrigada a ressarcir o dano sofrido pelo mesmo, sem prejuízo do disposto”.

Na época observamos no campo, a presença de lavouras de cana-de-açúcar com mais de dois anos sem ser colhida, e muitos dos arrendatários estavam preocupados, pois não sabiam se a usina iriam honrar os pagamentos sem colher a cana-de-açúcar das suas glebas em arrendamento.

Compreendíamos que as preocupações manifestadas pelos donos de terra em relação aos pagamentos derivavam de contratos estabelecidos com a usina. Examinando os contratos foi observado que o período de duração era de 6 anos. Como a instalação da planta industrial não se concretizou como também não houve o corte da cana e o uso do solo continuava preso ao contrato de arrendamento, vivia-se uma situação de total intranquilidade.

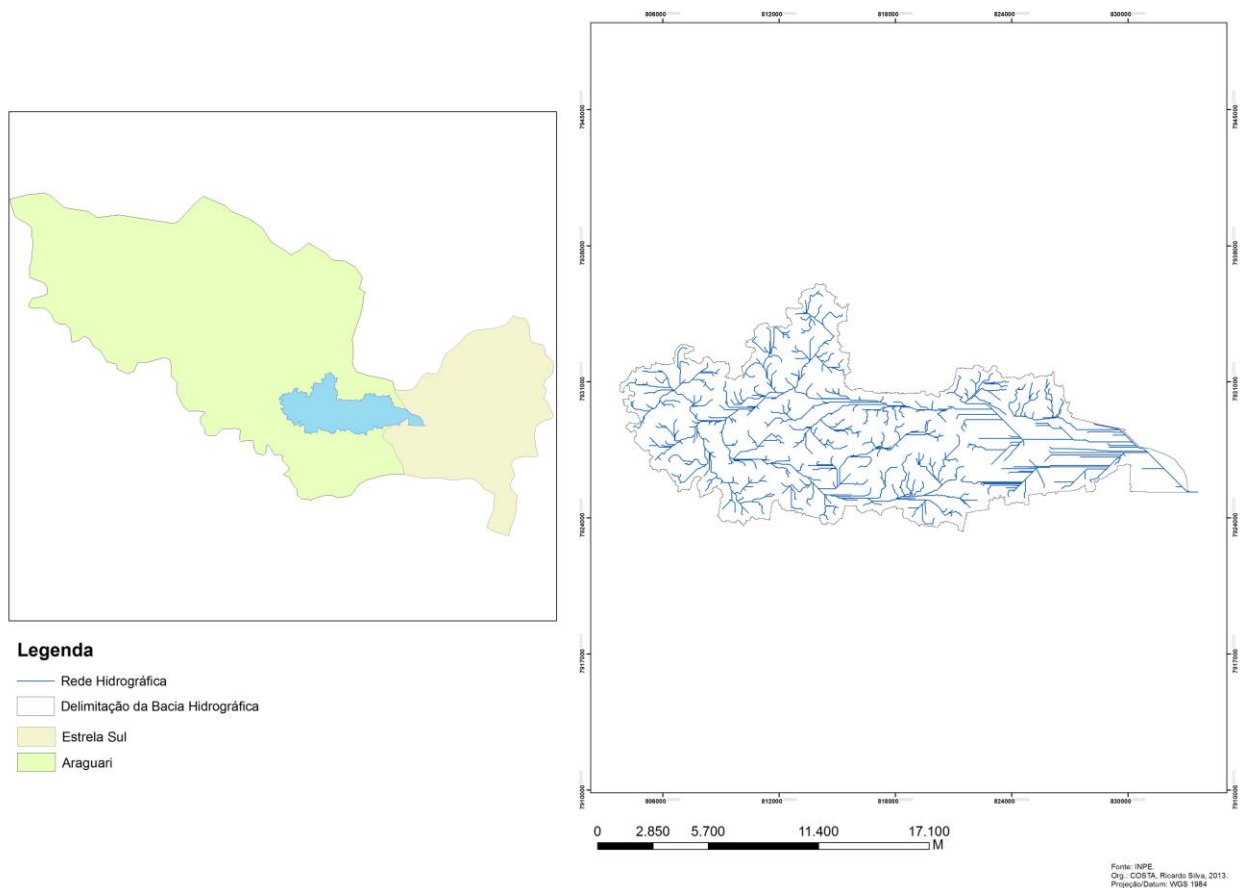
Retomando a questão ambiental, juridicamente ela se constitui em um fator visível, preponderante e que se opôs frontalmente a instalação da planta industrial da usina no município. Chamava-nos a atenção à localização da planta dentro do município. Associando a questão ambiental está a localização do empreendimento. Sem dúvida o local se constituiu em um dos pontos críticos, pois a ele está relacionado à outorga da água. No local que iria se instalar o empreendimento fica localizada a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Piçarrão.

A Bacia Hidrográfica do Ribeirão Piçarrão possui uma área de 40,8 ha (mapa 02), está localizada na sua maior parte no município de Araguari-MG, atravessando-o no sentido sul-norte. A nascente se encontra na região de Estrela do Sul-MG, exatamente no córrego Buriti Alto. A drenagem da bacia é composta basicamente por 4 afluentes principais: Lajeado, Buriti

Alto, Pindaituba e Buriti Quebrado. Na margem direita do córrego Piçarrão está situado Lajeado e Buriti Quebrado e na margem esquerda está Pindaituba e Buriti Alto. O Ribeirão Piçarrão é um afluente localizado na margem esquerda do Rio Jordão, o qual é afluente do Rio Paranaíba.

De acordo com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, a instalação do empreendimento proporcionaria uma área de conflito, pois a demanda de água pela indústria seria elevada, o qual não estaria de acordo com o Q7,10 (Vazão Mínima de 7 dias com um Período de Recorrência de 10 anos) passaria de 30% o uso da bacia hidrográfica afetando a disponibilidade hídrica dos produtores a jusante do complexo.

Mapa 02 – Delimitação da bacia hidrográfica do Ribeirão Piçarrão.



Outro fator que impediu a instalação da usina são as vias de acesso, pois, estas não comportavam e não comportam o tráfego de maquinário pesado, no caso caminhões, tratores e colhedeadas. A rodovia que existe e que iria dar acesso ao empreendimento possui apenas duas pistas sem acostamento, e nesta nos meses de julho e agosto (período do corte da cana-

de-açúcar) serve de passagem para milhares de romeiros, os quais tem como destino a cidade de Romaria, para a festa de Nossa Senhora da Abadia.

Assim, vários fatores foram observados e avaliados como negativos para a instalação da usina. Mesmo com essas questões, os impasses ambientais interpelados judicialmente pesaram sobremaneira para a não construção da planta agroindustrial. Contudo, não impediram as instalações das lavouras, às quais observamos que não foram questionadas e não tiveram uma fiscalização dos órgãos públicos.

4 – Os incômodos da cana

À época, o Ministério Público representado pelo promotor do município de Araguari impôs que não deveria haver queima das lavouras de cana-de-açúcar no município, mas o que foi observado é que diversas lavouras foram queimadas sem maiores consequência para a usina. Em trabalhos de campo realizados nos meses de julho e agosto, ano de 2010, foi observado, a queima de uma grande lavoura de cana-de-açúcar. Ao registrarmos a queimada fomos para a sede da fazenda, entrevistar o morador. Evidenciamos que a fazenda não produzia apenas cana-de-açúcar, nela encontramos granjas suínas e de frangos e cultivo de pimentas. A granja e a cana podem ser observadas na fotografia 01.

Fotografia 01 - Granja de frango e lavoura de cana-de-açúcar, a qual foi queimada para a colheita - município de Araguari/MG – 2010.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva, 2010.

Observando a fotografia 01, constata-se que o cultivo da cana-de-açúcar na propriedade não eliminou as atividades pretéritas e edificações associadas. No momento da queima da cana, o fogo ocorreu próximo às construções. Para esclarecermos o ocorrido, perguntamos para o morador, se tinha sido a usina que queimou a lavoura de cana-de-açúcar?

O povo da usina falô prá nois que o fogo foi acidental, só que muito isquisito, no dia programado pra cortá a cana, ela pegá fogo... a sorte que coloquei fogo daqui prá lá se não tinha pegado fogo nos barracão e até na minha casa¹⁹.

A família ficou apavorada com o fogo no canavial. Agiu colocando fogo na outra extremidade da plantação, nas proximidades da casa para que assim o fogo não chegasse tão forte, já que a moradia fica a menos de três metros do canavial. Perguntamos se o fogo tinha provocado alguma perda?

Não perdi nada, nos porco e nas pimentas, mais os frango morreu mais de 600 cabeça e a lona térmica derreteu... mais nois chamô a polícia e fez ocorrência pra usina pagá o prejuízo, se sobra pra gente pagar essa prejuízo, a gente fai fica no vermelho por no mínimo 1 ano²⁰.

Apesar do produtor, ter chamado a polícia, até julho de 2010 não tinha recebido qualquer resposta sobre quem teria atirado fogo no canavial. A intenção do produtor era encontrar quem teria provocado à queimada e receber pelos prejuízos causados. Preocupado, o produtor disse que depois desse incidente não vai renovar o contrato de arrendamento com a usina.

Entendemos que, mesmo que, os donos de terra falassem que iria cancelar o contrato de arrendamento de terras com a usina, isso era uma medida quase impossível de ser realizada. A usina redigiu o contrato de uma maneira que os proprietários ficavam a sua mercê, sendo que o principal ponto do contrato era o econômico, já que além da usina cobrar uma multa pela quebra de contrato, os proprietários que fossem, anular o contrato, teriam que devolver o adiantamento feito no ato de assinatura do contrato.

A usina adiantava o último ano de safra para o produtor e assim muitos produtores/proprietários reclamam, mas não tinham como romper com o contrato sem ter que devolver dinheiro.

¹⁹ Campo realizado no município de Araguari – julho 2010

²⁰ Campo realizado no município de Araguari – julho 2010

5 - Análise Teórico Conceitual

Ao procedermos a análise das alterações socioespaciais buscamos compreender os conceitos de território e territorialidades. Os Territórios e as territorialidades no contexto da expansão da cana-de-açúcar presumiam a existência de lugar ou lugares que estavam sendo afetados pelos interesses da usina. Percebíamos que no entorno dos canaviais já se criavam defesas dos lugares, movidas por sentimentos de pertencimentos. Segundo Carlos (1996)

[...] lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo *o lugar* se apresentaria como *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. (CARLOS, 1996, p14).

Ao compreender os lugares dos produtores rurais e como eles se relacionam com a chegada das lavouras de cana-de-açúcar, iniciávamos o processo de identificação e entendimento das territorialidades. Segundo Sack (1989),

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e dotamos de significados. (SACK *apud* HAESBART, 2005, p. 3).

Compreendíamos que a territorialidade poderia ser reconhecida na área de estudo, principalmente a partir das estratégias de produção que os produtores rurais criavam para manterem-se produtivos e resistentes ao arrendamento. Na incorporação de tecnologias redefiniam-se as relações econômicas, bem como se diversificavam-se os envolvimento culturais com a comunidade, mantendo o sujeito no lugar. Com o emprego de novas tecnologias, principalmente envolvendo a pecuária leiteira, esse produtor rural dificilmente abriria mão de sua propriedade para a cana, fortalecendo os seus vínculos com o território. Segundo Alves; Thomaz Júnior (2012)

Ratifica que o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento sempre crescente da demanda por recursos naturais, e quanto mais há desenvolvimento tecnológico mais há uma ação sobre os recursos enquanto forma de novas possibilidades de acumulação. Nesse sentido, evidenciam-se conflitualidades entre projetos territoriais atrelados ao agronegócio/agrocombustíveis e projetos demandados por sujeitos sociais que apostam na soberania alimentar e em formas emancipadas como estratégias de luta; portanto, princípios diferenciados quanto às formas de organização. (ALVES; THOMAZ JUNIOR, 2012, p. 148)

Ao estudarmos o conceito de território, percebíamos na área de estudo que as estratégias produtivas eram amplas e diversas e em cada propriedade apresentavam diferentes combinações. Como a produção apresentava resultados satisfatórios, a pecuária leiteira tornava-se funcional e simbólica. O resultado que se apresentava era o surgimento de territórios e territorialidades que em certas circunstâncias, também tinha criado significados aos sujeitos. De acordo com Santos (1999)

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, M. 1999 p. 8).

Milton Santos compreende o território, como sendo o lugar das relações, do cotidiano²¹ das pessoas. Já Raffestin (1993), afirma que,

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

Comprendemos que o território seria o poder exercido pelos sujeitos sobre um determinado lugar, seria assim o ponto de influência. Os territórios aparecem e se fazem representar nos embates políticos, nos eventos comunitários frente à expansão da cana-de-açúcar, seja pelo seu significado cultural, afetivo a terra ou pela renda da sua atividade. Segundo, Haesbaert (2005),

O território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar [...] o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2005, p. 1)

Como estávamos diante de processos de reocupação do espaço, os interesses do setor sucroalcooleiro recaiam sobre a terra. No entanto, não se tratava de comprá-la, mas de arrendá-la em grandes quantidades e por períodos que garantissem a remuneração dos capitais

²¹ O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e à razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontam a miséria e a grandeza da condição humana. Não é mais um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um “setor” e porque a exploração racional inventou formas sutis que as de outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínios da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planejada. (LEFEBVRE, 1991, 81-82)

investidos. Essas práticas inseridas no bioma Cerrado contribuíram para agravar problemas socioambientais que se representam por dinâmicas territoriais.

6 - Considerações finais

Compreendemos que os impactos que se intensificaram a partir da inserção da cana-de-açúcar, foram desde a perda da diversidade produtiva da região até aos impactos socioambientais. A perda da diversidade produtiva poderia ter ocorrido como a eliminação das culturas existentes, tornando o município um espaço de monocultura canavieira.

Os impedimentos legais, os quais questionaram a instalação da Usina no município de Araguari fizeram com que os capitais investidos no cultivo da cana-de-açúcar agissem, criando no mercado regional novas possibilidades de destinação. Em certos casos parte dos canaviais foram incorporados ao processo produtivo como mudas ou comercializadas com outras usinas localizadas em municípios próximos a Araguari, tais como Uberaba e Santa Juliana. Além da cana, os maquinários foram alugados para outros usineiros, fazendo com que a usina deixasse de ser uma produtora do setor sucroalcooleiro e passasse a ser fornecedora de cana e/ou prestadora de serviço.

Como o processo de reocupação do espaço agrícola se iniciou, mas não se consolidou pelo cultivo da cana-de-açúcar, iniciativas de (re)estruturação das fazendas de café vão acontecer imediatamente as incertezas do setor sucroalcooleiro. Isso significa que os territórios formados a partir das plantações de café reagiram, pois representam primeiramente um modo de vida que se fixou por intermédio de sujeitos constituídos social e culturalmente. Trata-se de produtores tradicionais que durante décadas fizeram seus investimentos para formar os seus cafezais.

Nos estudos realizados no decorrer do projeto, compreendemos que a cultura do café é histórica no município e o seu fortalecimento decorre dos vínculos territoriais que esse produtor estabeleceu com os lugares. O cafeicultor reagiu às pressões do setor sucroalcooleiro mantendo os seus cafezais e criando possibilidades de ampliar seus ganhos, principalmente investido em tecnologia. Como exemplo da tonificação, todo o café produzido em Araguari é irrigado, propiciando a linearização da produção e dos rendimentos. Em média, o café irrigado proporciona uma produtividade de 60 sacas²²/ hectare, o que diferencia da média nacional que é de 20 sacas/hectare.

²² Cada saca pesa 60 Kg

Contudo, se a usina tivesse obtido a licença para instalação e funcionamento, fatalmente ela iria cultivar os seus canaviais em áreas da pecuária, principalmente a de corte. Como se trata de uma atividade praticada extensivamente, o rendimento é inferior se comparado às lavouras de soja, milho e sorgo. Os pecuaristas tradicionais para ampliar as suas rendas estavam arrendando ou mesmo vendendo parte de suas áreas para a usina e buscavam ampliar as suas glebas em outros estados, principalmente Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará.

A modificação da paisagem do município devido, ao cultivo da cana-de-açúcar gerou expectativas e preocupações, pois, se tratava de grandes lavouras, as quais não respeitavam os antigos limites das propriedades. Logo na instalação das lavouras, as cercas eram retiradas, as fazendas eram destituídas de identidade, seus nomes eram ignorados. Os produtores rurais, vizinhos às plantações de cana ficam de uma hora para outra sem suas referências territoriais em certos casos extinguidos.

A reocupação anunciada e em certa medida concretizada com o cultivo da cana gerou profundas transformações na paisagem, pois sumiram as cercas, as árvores, os mata-burros, as casas fazendo com que os sujeitos não mais reconhecessem seus lugares. No entorno das lavouras, ocorreram certo estranhamento com o lugar, houve alteração/redefinição da identidade, com importantes mutações no modo de vida das pessoas e em certos casos a saída das pessoas e o “abandono” das suas tradições.

As desvantagens da inserção da usina são muitas, como aumento de veículos trafegando o que vai gerar várias contradições socioambientais, inclusive com o comprometimento da qualidade de vida. Desse modo, a exploração dos solos e da água não anula a degradação da qualidade de vida local. No caso do transporte da cana, quando os treminhões passam nas estradas levantam enorme quantidade de poeira, deixando as casas todas sujas, além disso, a poeira fixa-se no capim comprometendo a alimentação e produtividade do gado leiteiro. Segundo Alves; Thomaz Júnior (2012, p.152) “... o tema da expansão dos agrocombustíveis pelo território nacional coloca em evidência os elementos de controle que o capital tem a disposição para uma maior concentração, exploração e degradação do meio ambiente em vários biomas”.

Os embates e tensões gerados no processo de instalação do complexo agroindustrial movimentaram autoridades ambientais e diferentes produtores rurais. Como resultado tem-se as especificidades do trabalho dos produtores rurais e os embates entre capital x estado. Também constatamos que o lugar cria possibilidades de existência a partir do trabalho e do

cotidiano daqueles que nele vivem. Trata-se de uma existência que se territorializa impulsionada por ações e reações nutridas por interesses, sentimentos e vínculos socioculturais que se territorializaram pelas práticas sociais.

Portanto segundo Thomaz Júnior (2009):

... podemos apreender a plasticidade do trabalho no plano da explicitação no cotidiano, ou reconhecer suas singularidades e as materialidades de cada experiência, avançando para o plano do concreto em pensamento, síntese de múltiplas determinações. (THOMAZ JÚNIOR, 2009, p. 66)

Os lugares a partir dos diferentes produtores rurais indicaram no município as suas várias dinâmicas e o que elas acarretam no processo de permanência territorial. Os vínculos territoriais podem indicar os fundamentos das resistências dos produtores e das produções tradicionais. Obviamente a presença de produtores tradicionais não criou impedimentos legais ao capital e a sua força (re)territorializante, mas indicou possibilidades em compreendermos os lugares e os seus sujeitos; suas funções ambientais, suas formas de contornar os problemas. No caso dos cafeicultores, indica a presença de sujeitos que defendem seu lugar, sua tradição, suas pertenças; um território contra uma “criatura” que se importa apenas com o lucro.

Esquecer-se do lugar, do trabalho que nele se realiza, do próprio cotidiano das pessoas, nos parece um equívoco teórico e metodológico e também uma forma de legitimarmos o desenvolvimento prometido pela monocultura.

7 - Referências

ALVES, J.; THOMAZ JUNIOR, A. Agrocombustível, trabalho e território, no Estado do Acre. **Revista OBOKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 141-162, João Pessoa, PB, DGEC/CCEN/UFP, 2012.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996

CORREIA, E. L. A Retomada do uso de álcool combustível no Brasil. **Mestrado em Economia Aplicada FEA/UFJF - 012/2007**. Juiz de Fora, 2007. Disponível em: http://www.ufjf.br/mestradoeconomia/files/2010/01/td_012_2007.pdf acesso em: 08 de julho de 2010.

CUSTÓDIO, A.B. O tomate de mesa em Araguari - MG: Desenvolvimento e contradições. In: **Cidade e campo no Triângulo Mineiro**. Orgs. SANTOS, R. J. RAMIRES, J. C.L. Uberlândia, Edufu, 2004, 196 p.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

DECRETO-LEI Nº 3855, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1941. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1941; 120º da Independência e 53º da República.

Disponível em [Http://legilacao.planalto.gov.br/legil](http://legilacao.planalto.gov.br/legil) acesso em 05 de abril de 2010.

JÚNIOR, H. P. S. Trabalho, Modelos de Produção e Estratégias Familiares na Lavoura de Café do Cerrado Mineiro. In: **XIV congresso brasileiro de sociologia**. Julho de 2009, Rio de Janeiro - RJ.

HAESBAERT, R. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

LAGO, M. C. S. **Modos de vida e identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, 1996, UFSC.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. Editora Ártica, São Paulo, 1991.

LUCCI, E. A. BRANCO, A. L. MENDONÇA, C. **Geografia geral e do Brasil** – ensino médio. Editora Saraiva, 3ª edição, 5ª tiragem, São Paulo, 2008.

http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/historia_colonia Acesso em 05 de julho 2010.

IBGE. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 23 de maio de 2010.

MICHELOTTO, B. D. G. Novos arranjos territoriais. A expansão da cana-de-açúcar na região do Triângulo Mineiro – MG. **Dissertação de mestrado**, Brasília, maio de 2008.

PENZIN, A. M. B. Viver em conjunto: habitação social e modos de vida. Belo Horizonte, 2001. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em http://bib.pucminas.br/arquivos/205000/208700/25_208733.htm acesso em 05/06/2010

PRADO, M. **Antilhas Holandesas, Turismo**. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/americacentral/antilhas_holandesas.shtml.

Acesso em:21 de maio de 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, J. F. Revisitando o preço do petróleo – 2004. Revista **Informação Internacional**, Vol. II, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**, Vol. 1, No 1. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. 18ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2009.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, jan/dez 1999, pag. 111-125.

SOUSA, R. **Açúcar**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/acucar.htm>. Acesso em: 05 de julho 2010

TEIXEIRA, E. C. **O desenvolvimento da tecnologia Flex-fuel no Brasil**. São Paulo - OUTUBRO DE 2005. Disponível em <http://146.164.33.61/silviocarlos/PF%2008/Rodrigo%20Faria%20PF%2007/Cap2/FLEXFUEL.pdf>. Acesso em: 04 de julho 2010.

THOMAZ JÚNIOR, A. Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. 500 f. **Tese** (livre-docência) – Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.